

# mudar a



publicação do graal

- um espaço de reflexão crítica sobre as correntes e movimentos sociais do nosso tempo
- um estímulo à criação de modelos alternativos de vida em sociedade
- um olhar de fé sobre o hoje e o amanhã da história que vivemos



## PARA ONDE VAMOS?

*Não há meio «científico» de prever para onde vamos, pelo que a utopia é constitutiva de qualquer pensamento de transformação social.*

### A CRISE DO PARADIGMA

*A luta por uma sociedade alternativa, para ser eficaz, tem de ser a luta pela substituição do paradigma do progresso por um outro que provisoriamente designarei por paradigma da sobrevivência a arguta.*

Pela primeira vez na história contemporânea, surgem simultaneamente em crise os dois modelos dominantes de desenvolvimento: o modelo capitalista e o modelo socialista de estado.

Ainda que como mera hipótese de trabalho, é hoje possível avançar que a ambos os modelos subjaz a mesma matriz de desenvolvimento e que a análise da estrutura profunda das sociedades representativas de ambos os modelos mostra que essa matriz se encontra em crise. Designaremos essa matriz por **paradigma do progresso** e caracterizá-la-emos do seguinte modo:

A **nível económico**, o ênfase no crescimento económico não resolveu e antes agravou o problema da fome no mundo, apesar de o paradigma ter permitido o desenvolvimento de tecnologias que tornaram tecnicamente possível a resolução desse problema. Aliás, pode dizer-se que esta se tornou tanto mais politicamente inviável quanto mais tecnicamente possível.

É certo que ambos os modelos obtiveram conquistas importantes na satisfação das necessidades da reprodução simples e alargada da força de trabalho nas sociedades centrais respectivas. No entanto, à medida que os modelos se expandiram para a periferia (por

processos históricos muito diferenciados) não puderam cumprir os interesses de desenvolvimento das sociedades periféricas senão em termos da incorporação destes em esquemas previamente fixados e basicamente ao serviço dos interesses fundamentais (ainda que nem sempre dos interesses imediatos) das sociedades centrais. Esta incorporação dependente deu origem a relações económicas desiguais que se reproduziram a outros níveis da vida colectiva, interna e internacionalmente.

A **nível social**, o princípio da estratificação acoplado aos critérios de eficiência decorrentes do princípio do crescimento infinito, conduziu à naturalização (rigidificação) das desigualdades sociais com sedimentações múltiplas na apropriação e uso desiguais dos equipamentos económicos, sociais, políticos e ideológicos colectivos. Essas desigualdades tenderam, aliás, a agravar-se, abrindo um fosso, cada vez mais difícil de transpor ideologicamente, entre elas e os princípios igualitários (políticos ou também sociais e económicos) subjacentes aos modelos. A perda progressiva do controlo do processo de trabalho e do produto por parte dos produtores directos é a demonstração suprema da dinâmica estratificante em curso e não surpreende que se venham a concentrar aí as linhas de maior tensão dos modelos.

A **nível político**, o princípio da democracia de massas, que subjaz quer à teoria política liberal quer à teoria da democracia popular, não postula, ao contrário do que geralmente se julga, a participação activa, autónoma e potencialmente ilimitada das massas.

A este nível a crise do paradigma do progresso reside precisamente em que os princípios do crescimento económico infinito, da estratificação social e da ciência objectiva têm vindo a actuar concertadamente no sentido de restringir progressivamente o âmbito do politicamente discutível e, portanto, o significado da representação política das massas. Assiste-se, em ambos os modelos de desenvolvimento, à criação de formas cada vez mais subtis de concentração do poder no seio das quais as tecnocracias estatais se reproduzem e perpetuam, imunes à responsabilização política, quer perante os órgãos de representação popular, quer mesmo perante os governos a que sempre sobrevivem. O potencial autoritário e a dinâmica de exclusão que lhe é própria estão assim no cerne da crise de legitimação de ambos os modelos.

A nível ideológico, a crise do paradigma é a crise do modelo científico saído da revolução científica do séc. XVI. Este modelo constitui uma conquista decisiva

da humanidade mas o facto de não ter sido capaz de formular a relação homem/natureza senão em termos da dominação do primeiro sobre a segunda criou as condições para, uma vez integrado no processo histórico de expansão do paradigma do progresso, se transformar em agente legitimador da dominação do homem pelo homem em suas múltiplas formas.

Progressivamente incorporada nos projectos de dominação, a ciência pôde legitimar simultânea e contraditoriamente, tanto a neutralização política das classes trabalhadoras e seus aliados, em nome da neutralidade da ciência, como a realização de planos explicitamente políticos, em nome do progresso científico. A crise profunda deste modelo científico está em que o que antes era atribuível a desvios e confinável ao domínio da aplicação (que não da criação) da ciência é hoje cada vez mais remetido para o modelo científico em si, para os seus pressupostos epistemológicos e para as condições sociológicas da criação (que não só da aplicação) científica.

## ALGUMAS QUESTÕES

*Por que é que a roda do desenvolvimento produz simultaneamente a riqueza e a miséria?*

*Por que é que as mais nobres lutas contra a opressão e as concepções oligárquicas do poder desembocaram em soluções políticas autoritárias, com forte dinâmica de exclusão?*

*Por que é que o progresso científico está cada vez mais intimamente ligado aos aparelhos militares e aos projectos bélicos e, portanto, à política de destruição?*

*Por que é que sabemos cada vez mais a respeito do que nos é supérfluo e cada vez menos a respeito do que é estritamente necessário à nossa sobrevivência?*

*Por que é que se passou, nas cidades contemporâneas, da gestão do tempo à gestão da falta de tempo?*

*Por que é que quanto mais rápidos são os transportes, mais tempo perdemos neles?*

*Por que é que as possibilidades de estar doente aumentam na proporção directa do aumento dos profissionais de saúde teoricamente ao nosso dispor?*

*Por que é que poluir um rio é criminalmente menos grave que matar um homem?*

*Por que é que não se pode beber água da torneira quer no nordeste brasileiro, por excesso de micróbios e vermes, quer em Los Angeles, por excesso de produtos químicos?*

*Por que é que se lavam os dentes com detergente depois da refeição e não se limpa a mata depois do piquenique?*

*Por que é que pagamos cada vez mais caro por alimentos cada vez menos ricos?*

*Por que é que a industrialização do turismo e dos tempos livres faz com que preenchamos o nosso lazer subordinados a ritmos, controlos, programações e incómodos estruturalmente semelhantes aos que nos esmagam na fábrica ou no escritório?*

## A RELAÇÃO HOMEM/NATUREZA

Desde o séc. XVI que o homem tem com a natureza uma relação estruturalmente pobre e desequilibrada, uma relação de exploração assente numa concepção unidimensional da natureza. Ao reduzir a natureza à matéria-prima, sobre a qual o homem soberano inscreve o sentido histórico do processo de desenvolvimento, a ciência moderna provoca uma ruptura onto-

lógica entre o homem e a natureza na base da qual outras se constituem (ou reconstituem), tais como a ruptura entre o sujeito e o objecto do conhecimento e, mais tarde, a ruptura entre as ciências naturais e as ciências sociais.

A natureza é desumanizada e o homem, desnaturado, e assim se criam as condições para que este último possa exercer sobre a natureza um poder arbi-

trário, ética e politicamente neutro. Mas esse homem desnaturalizado não é um homem qualquer, uma entidade abstracta, ainda que seja assim que a filosofia ocidental o concebe. Em termos sociológicos esse homem é o burguês, no sentido original da palavra, é a classe que transporta em si o espírito emergente do capitalismo e que vai utilizar a relação de exploração da natureza para produzir um desenvolvimento das forças produtivas sem precedentes na história da humanidade. Daí que a relação de exploração da natureza seja a pré-condição da relação de exploração do homem pelo homem instaurada pelo modo de produção capitalista. As duas relações pertencem-se naturalmente e a acção sobre uma delas não deixará, por certo, intacta a outra.

Perante os resultados destrutivos, hoje evidentes, desta relação entre o homem e a natureza, uma luta socialista paradigmática terá de ser também uma luta por uma nova concepção da natureza e por uma relação mais rica e equilibrada entre o homem e a natureza. Sem cair nas concepções místicas ou alquímicas do pensamento medieval, é necessário reatar o diálogo com a natureza interrompido no séc. XVI, o que pressupõe a re-humanização da natureza e a re-naturalização do homem. Convertida a natureza em a outra face do homem, o fetichismo tecnológico cai pela base e os processos técnicos conquistados e a conquistar serão avaliados e seleccionados em função da preservação dessa identidade.

## O PODER E A POLÍTICA

*Não se trata de tomar o poder tal como existe, mas de o transformar radicalmente tanto na forma como no conteúdo. A tomada do poder é o último estágio da transformação do poder e não o primeiro.*

O princípio da democracia de massas assenta numa divisão interna do processo social segundo a qual a uma das áreas é cometida especificamente a função de produção e distribuição do poder. Essa é a área política e a sua constituição é fundamental para a legitimação da participação limitada no exercício do poder por parte das classes populares que, como dissemos, é inerente ao princípio da democracia de massas.

É urgente questionar esta concepção de política e as que lhe servem de suporte, ou seja, a concepção de poder e a própria concepção de estado. Para isso é necessário partir da ideia de que a política é uma prática social global porque os mecanismos de poder se reproduzem em toda a parte.

Tem-se dito que à medida que o estado se constitui em garante das condições gerais de acumulação e juridifica as relações trabalho/capital até aos últimos

detalhes, as lutas socialistas tendem a deslocar-se do local e processo de trabalho para a arena do estado. Isto, que é verdade, não é, contudo, a verdade toda, porque o que sucede não é tanto a transferência do núcleo das lutas de classe do processo de trabalho para o estado, mas antes a criação no processo de trabalho de sistemas de controlo que se aparentam ou são mesmo estruturalmente idênticos aos que subjazem ao poder do estado.

De facto, os estudos, hoje numerosos, sobre o processo de trabalho no modo de produção capitalista têm chegado a duas conclusões principais. Por um lado, o processo de trabalho tem-se degradado progressivamente com a perda de controlo do processo de trabalho por parte dos produtores directos, com a relação material e cognitiva cada vez mais remota entre o produtor e o produto acabado e com a crescente standardização e monotonização das tarefas. Por outro lado, as formas de controlo sobre o processo de trabalho e, portanto, sobre os produtores directos têm evoluído do controlo directo (exercido fisicamente pelo patrão ou capataz nos locais da produção) para o controlo técnico (exercido através da concepção e do ritmo das máquinas) e deste para o controlo burocrático (exercido através de regulamentações e orientações gerais sobre o comportamento no local de trabalho e até fora dele).

Saindo da área de produção para a área de reprodução ou seja para a família, a habitação, a educação, o lazer, os meios de comunicação, as relações homem/mulher, são detectáveis outras formas de poder. Trata-se do poder emergente da multiplicidade das relações e intervenções sociais sempre e na medida em que estas assentam na desigualdade. É um micro-poder, atomizado, acêntrico e sem localização específica. Distingue-se do poder jurídico que, ao contrário, é um macro-poder formal exercido em instituições hierarquicamente dispostas. As duas formas de poder correspondem às duas formas básicas de desigualdade da interacção social, isto é, a macro-desigualdade de classe e a micro-desigualdade da interacção social.

## REVOLUÇÃO E REFORMA

Não é possível pensar separadamente os conceitos de revolução e de reforma. Só que ambos têm de ser pensados de modo muito diferente do que até agora dominou no campo socialista. Eis o que caracteriza a reforma socialista e a distingue claramente da reforma social-democrática.

Em primeiro lugar, a reforma socialista não distingue, nem no plano tático nem no plano estratégico, entre o processo e o resultado da luta, no convencimento de que, em seu sentido e valor político, o resultado é o que tiver sido o processo que lhe deu origem.

As lutas pelo salário e pela habitação distinguem-se pelos objectivos a que se dirigem, mas não necessariamente, pelos processos em que se desenrolam. A distinção entre lutas primárias (com objectos na área de produção) e lutas secundárias (com objectos na área de reprodução) deve ser abandonada porque conduz à sobrevalorização dos resultados das lutas em detrimento dos processos que os produzem.

Em segundo lugar, estes processos, sendo diversificados nas circunstâncias concretas em que ocorrem, partilham, como característica essencial, o objectivo de maximizar o denominador comum de participação nas lutas e seus resultados. Ou seja, a opção de classe das reformas e a sua eficácia socialista avalia-se em função do aprofundamento do conteúdo democrático das relações sociais por elas obtido, tanto no processo de luta como na fruição dos resultados.

Em terceiro lugar, as reformas socialistas visam concentrar, e não dispersar, as contradições da sociedade capitalista e, por essa via, instabilizar as relações de poder em que se reproduz a dominação em suas múltiplas formas.

Em suma, as reformas socialistas visam a ruptura democrática, ou seja, a revolução socialista e esta por sua vez não é qualitativamente diferente das reformas que a precedem e a possibilitam. A revolução socialista será o que tiverem sido as reformas que a forem constituindo. Daí que a dicotomia reforma/revolução nos termos em que tem vigorado tenha de ser superada. É necessário revolucionar as reformas e reformar a revolução. Para que quem está maximamente interessado na ruptura revolucionária tenha de estar, sob pena de incoerência, maximamente interessado nas reformas, por mínimas que sejam em seus resultados parcelares.

## A FRENTE CULTURAL

*É uma frente de muitas frentes que envolve a crítica de múltiplas categorias, distinções, evidências de senso comum, postulados pseudo-científicos.*

*A frente cultural a empreender terá de ser uma frente contra nós antes de ser uma frente contra os outros.*

A criação de uma frente cultural socialista é uma tarefa difícil porque tem lugar num mundo dominado pela cultura de massas e porque tem de se afirmar contra esta, utilizando-a.

A cultura de massas caracteriza-se em geral por unidades de informação e de cultura transmitidas ao

mesmo tempo a muitas pessoas e sem diferenciação; transmissão vertical com exclusão da resposta e a consequente polarização emissor/receptor; a persuasão dos artefactos informativos e culturais em razão da autoridade das fontes transmissoras. Concomitantemente os artefactos da cultura de massas caracterizam-se em geral pela: busca do menor denominador cultural comum; trivialização pela repetição (repetição sem texto originário); variação mínima de padrões como princípio de mercadorização da narrativa; predominância da cultura reconfortante sobre a cultura inquietante.

Em face desta caracterização não é difícil discernir que a frente cultural socialista se encontra por um ponto nos antípodas da cultura de massas.

A frente cultural socialista é um processo de produção cultural que visa: a superação da polarização e mesmo da distinção emissor/receptor; a horizontalização e especificação da comunicação em cada uma das práticas sociais em que se constitui; a persuasão assente na partilha da informação, do discurso e da argumentação; a busca do máximo denominador cultural comum; a recusa da trivialização pela introdução do sublime e do extraordinário (da utopia, em suma); a desmercadorização da narrativa pela criação de valores culturais de uso; o equilíbrio dinâmico entre a cultura inquietante e a cultura reconfortante.

Em suma, enquanto a cultura de massas assenta na distribuição do silêncio às classes populares, a frente cultural socialista luta por que estas retomem, ou melhor, recriem a palavra e façam dela o instrumento de produção cultural colectiva, e o sinal da sua presença na história.

Acima de tudo, compete à frente cultural socialista transformar em experiência e vivência quotidianas a ideia de que a cultura é elemento constitutivo de todas as práticas sociais, inclusivé das práticas mais «puramente» económicas. As distinções entre base e superestrutura ou entre as diferentes instâncias da prática social devem ser entendidas de modo a não pôr em causa esta ideia. É por isso que a luta pelo salário, por exemplo, pode e deve ser concebida como uma luta também cultural. Uma concepção amputada do marxismo levou-nos a pensar que cá em baixo está a economia e lá em cima a cultura. A sociedade não é um tirolino, não deixemos que as nossas lutas o sejam.

*Boaventura de Sousa Santos*

*Excertos de «A Questão do Socialismo»  
in Revista Crítica de Ciências Sociais  
n.º 6, Maio 1981*